

O INDIANISMO E A BUSCA DA IDENTIDADE BRASILEIRA: INFLUXOS EUROPEUS E RAÍZES NACIONAIS*

*THE INDIANISM AND THE SEARCH FOR THE BRAZILIAN IDENTITY:
EUROPEAN INFLUXES AND THE NATIONAL ROOTS*

Roberto Acízelo de Souza¹

RESUMO: O ensaio procura demonstrar que, para a constituição da corrente indianista do nosso romantismo, contribuíram, além das fontes europeias usualmente admitidas, também elementos presentes na cultura e na formação social brasileiras. Sugere, ainda, que o indianismo romântico no Brasil se desdobrou em duas orientações: uma delas, majoritária, viu na chegada dos europeus à América um encontro providencial entre povos; a outra, no entanto, interpreta o mesmo evento histórico como um choque trágico de civilizações. Por fim, o artigo especula sobre possíveis desdobramentos pós-românticos do indianismo na literatura brasileira.

Palavras-chave: indianismo; indianismo romântico no Brasil; desdobramentos.

ABSTRACT: The essay aims at demonstrating that, in addition to the usually admitted European sources, also elements present in Brazilian culture and social formation contributed to the constitution of the Indianist current of our romanticism. It also suggests that romantic Indianism in Brazil has unfolded in two directions: one of them, the majority, saw in the arrival of Europeans in America a providential encounter between peoples; the other, however, interprets the same historical event as a tragic clash of civilizations. Finally, the article speculates on possible post-Romantic ramifications of Indianism in Brazilian literature.

Keywords: Indianism; romantic Indianism; ramifications.

*Parte deste ensaio, que aqui se apresenta revisada e retocada, foi objeto de duas publicações anteriores, no v. 21, n. 2 do periódico *O Eixo e a Roda* (UFMG, Belo Horizonte, 2012) e no livro *Variações sobre o mesmo tema* (Ed. Argos, Chapecó, SC, 2015). Na íntegra, com adaptações para o público estrangeiro, foi publicado numa versão em inglês: COUTINHO, Eduardo F. (Ed.). *Brazilian literature as world literature*. New York: Bloomsbury, 2018. p. 71-96.

Agradeço ao colega Fábio Almeida de Carvalho pela substancial resposta à minha consulta sobre o conceito de literatura indígena.

¹ UERJ.

1

Embora a historiografia literária usualmente credite a fontes românticas europeias os estímulos para o desenvolvimento da corrente dita *indianista* nos quadros do romantismo brasileiro, o fato é que a escolha do indígena como símbolo de diferenciação do Brasil em face da Europa apresenta antecedentes que parecem provir de impulsos internos ao próprio país. Vejamos.

A prática de se adotarem nomes indígenas como alarde nativista já se observa no século XVIII. O frade franciscano autor do conhecido poema “Descrição da Ilha de Itaparica” (1769) assinava-se *Manuel de Santa Maria Itaparica*, acolhendo assim no seu próprio nome religioso a palavra indígena que designava o lugar de seu nascimento; o jesuíta Francisco de Faria, e certo doutor Manuel Tavares de Siqueira e Sá, por sua vez, adotaram respectivamente os pseudônimos de *Cové Xenheenga* e *Anhé Pai Abaré*, de inspiração indígena, sob os quais assumiram a direção do ato acadêmico conhecido como “Academia dos Seletos”, celebrado em 1752 em homenagem ao capitão-general Gomes Freire de Andrada. (cf. SILVA, 2002, p. 272).

Por outro lado, já nas solenidades políticas do Brasil joanino, o índio aparece representando o país (CANDIDO, 1971, v. 2, p. 18), e, com a independência, amplia-se sua celebração nativista, num simbolismo que conheceu diversas manifestações: nos painéis e estátuas que ornamentavam casas nobres; nos nomes de jornais políticos do tempo — *O Tamoio* (1823), *O Caramuru* (1832), *O Carijó* (1832), *O Indígena do Brasil* (1833), *O Tamoio Constitucional* (1833); em pseudônimos da Maçonaria (D. Pedro I era Guatimozim, e José Bonifácio, Tibiriçá); na ala de caboclos que, a partir de 1826, dramatizava a vitória brasileira sobre os portugueses na célebre batalha do 2 de julho, nos desfiles comemorativos tradicionalmente promovidos na Bahia. (CALMON, 2002, p. 221-223).

Além disso, no período da independência, tornou-se comum rejeitarem-se os tradicionais sobrenomes portugueses, então frequentemente preteridos em favor da sonoridade exótica de palavras tomadas ao vocabulário indígena, como afirmação nacionalista em tempos de entusiasmo patriótico com a soberania política recém-conquistada. O advogado Francisco Gomes Brandão, por exemplo, que viria a ser destacada figura na vida política e intelectual do Brasil — deputado, ministro, titular do Império, conselheiro de estado, senador, membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro —, a partir de 1823 passou a assinar-se *Francisco Jê Acaiaba Montezuma*, inscrevendo assim no próprio nome, cheio de orgulho, a identidade indígena que se atribuía,² num gesto bastante disseminado entre brasileiros da sua época.

Quanto às manifestações literárias por assim dizer protoindianistas, talvez devamos relacioná-las antes a essa atmosfera cultural receptiva ao simbolismo do indígena presente na vida brasileira desde meados do século XVIII do que a influxos vindos do exterior. Estão nesse caso os poemas épicos de Basílio da Gama — *O Uruguai* (1769) — e de Santa Rita Durão — *O Caramuru* (1781) —, bem como as “Metamorfoses” de Cruz e Silva,³ e ainda uma cantata de Alvarenga Peixoto, bastante representativa dessas primeiras apropriações do indígena como símbolo do Brasil:

² Mais de 30 anos depois, quando o imperador lhe outorga título de nobreza (1854), Montezuma permanece fiel à onomástica indígena, tanto que se torna visconde de *Jequitinhonha*. Aliás, o Império teve uma preferência especial pela toponímia indígena para nomear os seus nobres: dos 990 titulares, quase metade, 430, ostentava nomes indígenas. (CANDIDO, 2000, p. 175).

³ Trata-se de uma série de 12 poemas que conferem tratamento mítico a temas “brasílicos” — a natureza tropical e o índio —, certamente motivados pelos 20 anos que o poeta, nascido em Portugal, viveu no Brasil, em duas longas temporadas (1776-1789; 1791-1799). Apesar da evidente inserção nesse conjunto de produções protoindianistas do século XVIII, a historiografia literária brasileira simplesmente não reconhece “brasilidade” às “Metamorfoses” de Dinis, alegando que, mesmo “cheias de palavras indígenas e [...] no Brasil escritas, [teriam elas ficado] longe de constituir, sequer, uma hipótese de indianismo.” (RICARDO, 1969, p. 71). Mas tal juízo, tão peremptório quanto generalizado, não encontra lastro na consideração analítica dos poemas, mas na circunstância de Antônio Dinis da Cruz e Silva ter sido “juiz da devassa contra a Inconfidência e contra a sociedade literária fundada por Silva Alvarenga.” (RICARDO, 1969, p. 71). Assim, a historiografia literária, por um critério por assim dizer patriótico, o exclui dos quadros da literatura brasileira não tanto pelo

Oh, que sonho, oh, que sonho eu tive nesta
Feliz, ditosa, sossegada sesta!
Eu vi o Pão d'Açúcar levantar-se,
E no meio das ondas transformar-se
Na figura do Índio mais gentil,
Representando só todo o Brasil.
(PEIXOTO, 1951, p. 44).

Capistrano de Abreu chega mesmo a sustentar que o indianismo teria profundas raízes populares, tendo emergido de um fundo folclórico:

O indianismo é um dos primeiros pródromos visíveis do movimento que enfim culminou na independência: o sentimento de superioridade a Portugal. Efetivamente era necessária grave mudança nas condições da sociedade, para que a inspiração se voltasse para as florestas e íncolas primitivos, que até então evitara, mudança tanto mais grave quanto o indianismo foi muito geral para surgir de causas puramente individuais.

A verdadeira significação do indianismo é dada pelos contos populares. [...]

Esses contos, tendo por herói eterno o caboclo e o marinheiro, são os documentos mais importantes para a nossa história. [...]

Nos contos satíricos facilmente se reconhecem três camadas. Na primeira, o *marinheiro* aparece em luta contra a Natureza brasileira [...]; na segunda aparece o caboclo em luta contra a civilização [...]. Nestas duas correntes antagônicas pode-se ver [...] sintomas e resíduos de lutas e rivalidades. [...]

Na terceira camada o herói é ainda o caboclo; mas o ridículo como que está esfumado, e através, sente-se não só a fraternidade como o desvanecimento. É a estes últimos contos que se prende o indianismo, cujo espírito levou [os dominados] a adotarem, vangloriando-se, o nome com que os tentaram estigmatizar. (ABREU, 1931, p. 93-95).

Parece-nos assim aceitável, à vista dos indícios aqui apresentados, a hipótese de que a eleição do índio como símbolo heroico da nação precedeu — e parece mesmo ter preparado — a consagração literária dessa ideia por intermédio da corrente do romantismo brasileiro conhecida como *indianismo*. Caberia assim, por conseguinte,

fato de ele ter nascido em Portugal (Gonzaga, seu contemporâneo, também era português, o que, como se sabe, nunca foi obstáculo para o pleno reconhecimento de sua cidadania literária brasileira), mas pela circunstância de ter servido à repressão colonialista, proferindo sentenças condenatórias contra colegas seus — pois também poetas e bacharéis em direito — que lutavam pelos interesses do Brasil: Gonzaga, Alvarenga Peixoto, Silva Alvarenga.

relativizar a concepção segundo a qual o indígena teria ganhado espaço na literatura do país exclusivamente pela exortação de vozes estrangeiras, a mais explícita das quais provavelmente terá sido a do brasilianista *avant la lettre* Ferdinand Denis:

O Novo Mundo não poderá passar sem tradições respeitáveis [...]. A sua idade das fábulas misteriosas e poéticas serão os séculos em que viveram os povos que exterminamos e que os surpreendem por sua coragem, e que retemperam talvez as nações saídas do Velho Mundo [...]. O maravilhoso, tão necessário à poesia, encontrar-se-á nos antigos costumes desses povos, como na força incompreensível de uma natureza constantemente mutável em seus fenômenos [...]. (DENIS, 1978, p. 36).

A fórmula, então, seria simples, segundo a recomendação de Denis: caberia aos escritores brasileiros, no empenho de construir uma literatura genuinamente nacional, caprichar na chamada *cor local*, produzindo obras literárias em que avultassem os traços mais representativos da brasilidade, que seriam um par de elementos perfeitamente integrados: a natureza tropical e os primitivos habitantes da terra, ditos *índios*, pelo equívoco histórico que bem se conhece. No entanto, embora em moldura conceitual relativamente distinta, o consórcio desses elementos já encontramos na citada passagem de Alvarenga Peixoto, que figura a compertinência entre a natureza e o índio, a ponto de aquela — o Pão de Açúcar — transmutar-se neste, tomado, por seu turno, como o representante por excelência de “todo o Brasil”.

O indianismo, assim, a nosso ver, não seria produto simplesmente do influxo de concepções do romantismo europeu — particularmente francês — no cenário sócio-cultural brasileiro do início do século XIX; se tais influxos certamente ocorreram, o fato é que encontraram no Brasil um ambiente que favoreceu a sua acolhida, preparado pela transformação do indígena, desde meados do século XVIII, em verdadeira alegoria do país.

2

Resultante, pois, da convergência desses dois vetores — o interno e o externo —, o indianismo se constituiria numa das principais vertentes assumidas pela versão brasileira do romantismo. É certo que a ideia de erigir o indígena em símbolo lírico e épico da nacionalidade esbarrou na resistência da corrente de opinião que propunha estratégia oposta para a consolidação correlativa de um estado e de uma literatura nacionais: não regredir a um suposto fundo primitivo da nacionalidade, mas, ao contrário, reforçar-lhe os laços com sua matriz europeia. Nesse sentido, assim se pronuncia o prestigioso historiador Francisco Adolfo de Varnhagen:

Lancemos as vistas para o nosso Brasil. Deus o fade igualmente bem, para que aqui venham as letras a servir de refúgio ao talento, cansado dos esperançosos enganos da política! Deus o fade bem para os poetas, em vez de imitarem o que leem, se inspirem da poesia que brota com tanta profusão do seio do próprio país, e sejam antes de tudo originais, americanos. Mas que por este americanismo não se entenda, como se tem querido pregar nos Estados Unidos, uma revolução nos princípios, uma completa insubordinação a todos os preceitos dos clássicos gregos e romanos, e dos clássicos da antiga mãe pátria. Não. A América, nos seus diferentes estados, deve ter uma poesia, principalmente no descritivo, só filha da contemplação de uma natureza nova e virgem; mas enganar-se-ia o que julgasse que, para ser poeta original, havia que retroceder ao abc da arte, em vez de adotar e possuir-se bem dos preceitos do belo, que dos antigos recebeu a Europa. O contrário podia comparar-se ao que, para buscar originalidade, desprezasse todos os elementos da civilização, todos os preceitos da religião que nos transmitiram nossos pais. Não será um engano, por exemplo, querer produzir efeito e ostentar patriotismo exaltando as ações de uma caterva de canibais, que vinha assaltar uma colônia de nossos antepassados só para os devorar? (VARNHAGEN, 2014, p. 309-310).

O indianismo, contudo, é que estava destinado a prevalecer, circunstância que talvez referende a hipótese antes sugerida, de que teria fundamentos mais disseminados na vida brasileira. Podemos rastrear seus prenúncios já nas décadas de 1820 e 1830, bem como na primeira metade dos anos 1840.

No plano da pesquisa erudita, Borges de Barros esboça a primeira caracterização do português brasileiro, nas suas diferenças em relação ao de Portugal, inventariando palavras de origem indígena usadas somente na variante brasileira da língua portuguesa (1826),⁴ enquanto Gonçalves de Magalhães e Joaquim Norberto, respectivamente no “Ensaio sobre a história da literatura brasileira” (1836) e nas “Considerações gerais sobre a literatura brasileira” (1844), salientam o papel decisivo que deveria representar o elemento ameríndio para a constituição no Brasil de uma cultura literária verdadeiramente nacional. No plano da poesia, registram-se as composições: *Niterói, metamorfose do Rio de Janeiro* (1822), de Januário da Cunha Barbosa; “Metamorfose original: Moema e Camarogi” e *Paraguaçu* (1833), de Ladislau dos Santos Titara; “Nênia...” (1837), de Firmino Rodrigues Silva; “O filho do prisioneiro” (1844), de Joaquim Norberto; “Cântico do Tupi”, “Imprecação do índio” e “Prisioneiro índio” (1844), de Cardoso de Meneses. Cabe ainda registrar a contribuição do grupo que Antonio Candido (1971, v. 1, p. 279-286) caracterizou como representante de um “pré-romantismo franco-brasileiro”, constituída por obras de autores franceses dedicadas ou relacionadas à questão do índio brasileiro e da natureza, que exerceram influência sobre os nossos primeiros românticos: *Élegies brésiliennes* (1823), de Édouard Corbière; “Les Machacalis”, novela inserida nas *Scènes de la nature sous les tropiques et de leur influence sur la poésie* (1824), de Ferdinand Denis; “Résumé de l’histoire littéraire du Brésil”, de Ferdinand Denis; *Caramuru, ou La découverte de Bahia, roman-poème brésilien* (1829), tradução do poema de Santa Rita Durão, por Eugène de Monglave; *Jakaré-Ouassou, ou Les Tupinambas* (1830), novela de

⁴ Trata-se de um depoimento sumário feito por Domingos Borges de Barros, o barão — depois visconde — da Pedra Branca, por solicitação de Adrien Balbi, destinado a figurar no volume introdutório do seu *Atlas ethnographique du globe, ou Classification des peuples anciens et modernes d’après leur langues* (1826). A passagem se estende da p. 172 à 175 da obra, achando-se assim individualizada no índice do volume: “Observation de M. le Baron de Pedra Branca, ambassadeur de l’empereur du Brésil après de la cour de la France, sur la langue portugaise et sur les différences offertes par le dialecte brésilien compare au dialecte du Portugal”.

Daniel Gavet e Philippe Boucher; *Idylles brésiliennes* (1830), de Théodore Taunay, escritos em latim, com tradução paralela para o francês por Felix Émile Taunay.

3

Somente, contudo, a partir de 1846, com a publicação dos *Primeiros cantos*, de Gonçalves Dias, é que o indianismo se consolida, mantendo-se vigoroso até em torno de 1865 (ano da publicação de *Iracema*), quando começa a declinar, processo que se estende até por volta de 1875, ano em que aparece uma das últimas realizações dentro do seu espírito, o volume de poesia *Americanas*, de Machado de Assis.

No âmbito da epopeia, seu único projeto verdadeiramente consumado, porque concluído, foi o poema *A confederação dos Tamoios*, de Gonçalves de Magalhães, publicado na íntegra em 1856. A obra, no entanto, tornou-se alvo de uma verdadeira demolição crítica, promovida pelo então jovem José de Alencar, entre cujos argumentos contrários à concepção figurava com destaque a ideia de que a epopeia, gênero clássico e europeu, seria inteiramente imprópria nos quadros de uma literatura que pretendesse constituir-se sob o signo da originalidade nacional.⁵ Por acaso ou não, o fato é que as tentativas posteriores de poemas épicos indianistas malograram, todas aparentemente abandonadas por seus autores, tendo redundado tão somente na publicação dos fragmentos que chegaram a ser produzidos. É o caso de *Os Timbiras*, de Gonçalves Dias, de que se publicaram quatro cantos em 1857, e até, ironicamente, de uma produção do próprio Alencar — *Os filhos de Tupã* —, datada de

⁵ A crítica foi publicada no próprio ano de lançamento do poema (1856), no jornal *Diário do Rio de Janeiro*, sob a forma de uma série de artigos simulando cartas dirigidas a um amigo, reunidas no mesmo ano num pequeno volume intitulado *Cartas sobre "A confederação dos Tamoios"*. As "cartas", pela contundência crítica de que se revestiram, suscitaram respostas enérgicas por parte dos defensores do poeta, o que configurou ruidosa polêmica, em que interveio, escrevendo sob pseudônimo em defesa de Magalhães, até o imperador Pedro II, que aliás patrocinara a luxuosa primeira edição da obra.

1863 e publicada postumamente (1910-1911 e 1960); é o caso ainda da singular experiência de Joaquim de Sousaândrade, o poema *Guesa errante*.⁶

Foi na lírica, pois, que inicialmente o indianismo se concretizou de modo pleno, muito particularmente na obra de Gonçalves Dias, em composições que o autor individualizou tanto nos seus *Primeiros cantos* (1846) quanto nos *Últimos* (1851) sob a rubrica “poesias americanas”. Entre elas figuram poemas consagrados, verdadeiras obras-primas, como “Canção do exílio”, “O canto do Piaga”, “Leito de folhas verdes”, “I-Juca-Pirama”,⁷ “Marabá”. Por fim, na sequência de sua carreira nas letras do Brasil, o indianismo se impôs também no romance, sendo destaques no gênero o que se pode considerar a trilogia indianista de José de Alencar: *O Guarani* (1857), *Iracema* (1865) e *Ubirajara* (1874).

Diversificado quanto aos gêneros literários nos quais se manifestou, o indianismo também conheceria matizes no que se refere ao modo como interpretou o impacto da colonização sobre as populações ameríndias. Visto por esse ângulo, pode-se dizer que propôs duas versões.

Uma delas se revelaria francamente minoritária, e se acha documentada, por exemplo, em Gonçalves Dias, em cujos poemas a conquista europeia da América é

⁶ *Guesa errante* ou *O guesa* — título da última edição em vida do autor — é um poema em 13 cantos, dos quais ficaram incompletos os de número VII, XII e XIII. Composto entre 1858 e 1884, e publicado de modo algo caótico entre 1868 (ou 1866) e 1888, tem como eixo a peregrinação do herói que lhe dá o título: da travessia dos Andes para a Amazônia, até o Maranhão, e daí para a Península Ibérica e a África, até o retorno à terra natal; depois, pela Amazônia de novo, através das Antilhas e costa leste dos Estados Unidos, até Nova York, com retorno pelo Pacífico e passagem pela América do Sul, até o Estreito de Magalhães, e enfim regresso ao país de origem, na região andina. Sobre o poema declarou o poeta: “Ouvi dizer já por duas vezes que ‘o *Guesa errante* será lido cinquenta anos depois’; entristeci — decepção de quem escreve cinquenta anos antes.” (*in* Campos, 1982, p. 168). Foi profético, porque de fato a obra, pelo arrojo geral de sua concepção, restou quase inteiramente esquecida até a década de 1960, quando o autor enfim seria objeto de atenção, no âmbito do projeto de invenção crítica de antecessores concebido pelo movimento da poesia concretista. Sua retomada, por conseguinte, se deu não por seu indianismo, mas pela consonância de sua linguagem poética com as concepções do concretismo.

⁷ Este um poema de tessitura especialíssima, em que se compõem elementos líricos, heroicos e dramáticos, harmonizados num virtuosismo métrico e narrativo que desde sempre encantou os leitores e mereceu louvores dos críticos.

figurada como verdadeira catástrofe. Assim, o poema “O canto do Piaga” consiste na narrativa, por um sacerdote indígena, de um pesadelo que tivera, em que lhe aparece certa Visão malfazeja a profetizar a invasão estrangeira de suas terras. Sua reação é de horror e espanto, e o cenário, longe do que a historiografia imperial descreveu com a suavidade da expressão “descoberta do Brasil”, antes se configura como um choque trágico de civilizações:

Pelas ondas do mar sem limites
Basta selva, sem folhas, i vem;
Hartos troncos, robustos, gigantes;
Vossas matas tais monstros contêm.

Traz embira dos cimos pendente
— Brenha espessa de vários cipó —
Dessas brenhas contêm vossas matas,
Tais e quais, mas com folhas; é só!

Negro monstro os sustenta por baixo,
Branças asas abrindo ao tufão,
Como um bando de cândidas garças,
Que nos ares pairando — lá vão.

Oh! quem foi das entranhas das águas,
O marinho arcabouço arrancar?
Nossas terras demanda, fareja...
Esse monstro... — o que vem cá buscar?

Não sabeis o que o monstro procura?
Não sabeis a que vem, o que quer?
Vem matar vossos bravos guerreiros,
Vem roubar-vos a filha, a mulher!

Vem trazer-vos crueza, impiedade —
Dons cruéis do cruel Anhangá;
Vem quebrar-vos a maça valente,
Profanar Manitôs, Maracás.

Vem trazer-vos algemas pesadas,
Com que a tribo tupi vai gemer;
Hão de os velhos servirem de escravos,
Mesmo o Piaga inda escravo há de ser!

Fugireis procurando um asilo,
Triste asilo por ínvio sertão;
Anhangá de prazer há de rir-se,
Vendo os vossos quão poucos serão.

Vossos deuses, ó Piaga, conjura,
Susta as iras do fero Anhangá.
Manitôs já fugiram da taba,
Ó desgraça! ó ruína! ó Tupá!
(DIAS, 1959, p. 107-108).

A outra versão, ao contrário, interpretou a “descoberta” como um feliz encontro de civilizações, caracterizado por uma pronta aceitação pelos “selvagens” da superioridade dos brancos. Veja-se, nesse sentido, cena emblemática de *O Guarani*: o herói indígena acaba de salvar a vida de Cecília, a filha do aristocrata português D. Antônio:

Por fim D. Antônio passando o braço esquerdo pela cintura de sua filha, caminhou para o selvagem e estendeu-lhe a mão com gesto nobre e afável; o índio curvou-se e beijou a mão do fidalgo.

— De que nação és? perguntou-lhe o cavalheiro em guarani.

— Goitacá, respondeu o selvagem erguendo a cabeça com altivez.

— Como te chamas?

— Peri, filho de Ararê, primeiro de sua tribo.

— Eu sou um fidalgo português, um branco inimigo de tua raça, um conquistador de tua terra; mas tu salvaste minha filha; ofereço-te a minha amizade.

— Peri aceita; tu já eras amigo.

(ALENCAR, 1958, p. 136).

Segue-se a narrativa do índio de como e por que decidiu consagrar sua vida à proteção da moça branca Cecília, e assim se inicia o segmento final do capítulo:

O índio terminou aqui sua narração.

Enquanto falava, um assomo de orgulho selvagem da força e da coragem lhe brilhava nos olhos negros, e dava certa nobreza ao seu gesto. Embora ignorante, filho das florestas, era um rei: tinha a realeza da força.

Apenas concluiu, a altivez do guerreiro desapareceu; ficou tímido e modesto; já não era mais do que um bárbaro em face de criaturas civilizadas, cuja superioridade de educação o seu instinto reconhecia. (ALENCAR, 1958, p. 139).

4

Vimos então que a corrente indianista do romantismo brasileiro, embora dando sinais de presença desde a década de 1820, afirma-se somente por volta de meados dos anos 1840, permanecendo vigorosa até em torno de 1870, quando encerra o seu ciclo.

Como esses quase 30 anos de desdobramento do indianismo coincidem em boa parte com a trajetória literária de Joaquim Norberto de Sousa Silva (1820-1891), escritor dos mais operosos e ecléticos do Oitocentos brasileiro, e que como tal não deixou de dar a sua contribuição ao movimento, julgamos pertinente propor uma imagem da corrente a partir de uma análise de sua obra. Optamos assim não por uma descrição abstrata das realizações indianistas no âmbito do romantismo, nem pela atenção aos autores consensualmente mais destacadas dessa vertente literária — Gonçalves Dias e José de Alencar —, mas pelo estudo de um caso concreto, que acreditamos capaz de iluminar diversos ângulos da questão que nos ocupa.

5

Joaquim Norberto exercitou-se em todos os gêneros literários *stricto sensu*, sendo autor de extensa obra lírica, dramática e narrativa, que, contudo, jamais contou com grande apreço de seus contemporâneos, e menos ainda da posteridade. Destacase, porém, nos campos da historiografia e dos estudos literários, certamente menos pelo refinamento de seu instrumental teórico-analítico e *insights* críticos do que pelo pioneirismo, aplicação e rigor na pesquisa documental.

Figura entre os mais jovens da nossa primeira geração romântica,⁸ e professou com entusiasmo o nacionalismo político e literário característico de sua época. Basta dizer que adotou vez por outra em seus escritos o pseudônimo Fluviano (de *fluvius*, rio, alusivo pois à sua cidade natal, o Rio de Janeiro), e aderiu à moda dos nomes próprios de apelo indígena ou nativista, utilizando-os no batismo de seus quatro filhos homens: Artur *Niteroíno*, Oscar *Guanabarino*, Armando *Fluviano* e João *Sapucaíno*. Não poderia, pois, ter ficado alheio à sedução do indianismo literário, que praticou como crítico literário, historiador e poeta.

Examinemos a seguir suas produções indianistas em cada um desses gêneros.

5.1

Em 1844, numa época em que a literatura brasileira estava ainda longe de ter a sua primeira história sistemática, Norberto já se inscreve entre os pioneiros desse esforço, publicando, num periódico romântico do Rio de Janeiro, a *Minerva Brasiliense*, o ensaio intitulado “Considerações gerais sobre a literatura brasileira”. Todo o longo primeiro parágrafo do texto, bordado com o exotismo sonoro das palavras de origem tupi (*muremurés, membis, tabas, pajés, Anhangá, Juruparis, Tupaberaba, Tupaçununga*, etc.), é consagrado a uma caracterização dos índios — “um povo heroico que merece de ser cantado” (SILVA, 2002, p. 331) —, com base nos cronistas coloniais romanticamente reinterpretados. Em seguida, propõe-se uma periodização não muito clara, que estabelece três fases para a história e a literatura pátrias: a pré-cabralina, a colonial e a do presente pós-independência, caracterizado este como “pobre e mesquinho, [...], de transição”, porém promissor de um “futuro [...] rico e infinito como a ideia de Deus.” (SILVA, 2002, p. 337). Por outro lado, o ensaísta valoriza a cultura indígena como manancial a ser explorado pela emergente literatura brasileira:

⁸ Nasceu em 1820, quando Gonçalves de Magalhães, por exemplo, é de 1811.

[Os índios] representavam no meio das florestas os primitivos tempos de inocência e singeleza [...]. Seus costumes, suas usanças, suas crenças forneceram o maravilhoso tão necessário à poesia [...]. (SILVA, 2002, p. 332).

Não temos [castelos feudais, justas, torneios, lidas e combates de ricos homens], mas possuiremos a idade desses povos primitivos [os índios] com todas as suas tradições, costumes, usanças e crenças cheias de um maravilhoso verdadeiramente poético [...]. Possuímos igualmente a nossa idade média [...]. (SILVA, 2002, p. 334-335).

Anos mais tarde, num momento em que o indianismo já se afirmara plenamente, tanto no registro que deplorava a tragédia da conquista (Gonçalves Dias) quanto no que a celebrava como aurora da civilização brasileira (Alencar), Norberto voltaria ao assunto, em textos que publicou no ano de 1859. Além de tocá-lo de passagem no primeiro capítulo do longo preâmbulo teórico de sua *História da literatura brasileira*⁹ — “Introdução histórica sobre a literatura brasileira” —, dedicou-lhe, nesse mesmo preâmbulo, dois capítulos inteiros.

O primeiro, na mesma linha do estudo de 1844, se intitula “Tendências dos selvagens brasileiros para a poesia”, tendo por ementa: “Tribos que mais se avantajaram na cultura da poesia. Poesias dos selvagens brasileiros”. Fora transcrições de longas passagens dos cronistas coloniais, que pretendiam resumir mitos e costumes indígenas, defende uma tese — digamos assim — “simplesinha”, segundo a qual, conforme o título do ensaio, os selvagens do Brasil, e em especial os Tamoios, teriam pronunciada “tendência” para a poesia:

⁹ A obra, aliás, teria sido a primeira do gênero, não fosse a circunstância de o autor, por razões que não são bem conhecidas, ter abandonado o projeto. Chegou a publicar apenas os capítulos correspondentes *grosso modo* ao preâmbulo teórico, todos na *Revista Popular*, de 1859 a 1862. Somente no início do século XXI tais capítulos seriam recolhidos e publicados em volumes, nas edições mencionadas nas Referências, respectivamente de 2001 e 2002.

Os Tamoios foram, entre todos os povos primitivos do Brasil, os que mais se distinguiram no cultivo da poesia, e eram eles porventura os que habitavam a mais poética de todas as situações do país. Sob o pomposo e magnífico céu do Rio de Janeiro, ante as cenas portentosas da sua natureza, à vista de sua esplêndida, pitoresca e risonha baía, só não seria poeta um povo estúpido, destituído de toda a inteligência. (SILVA, 2002, p. 170).

No entanto, ao mesmo tempo em que exalta a capacidade poética dos indígenas, o autor é contraditório ao pronunciar-se sobre os méritos que teria a poesia dos selvagens. Assim, se ora lhes assinala a qualidade —

Esses usos, esses costumes, essas tradições, essas crenças, esses mitos deviam concorrer para o maravilhoso da sua poesia e dar-lhe o cunho da originalidade. A língua dos Tupis, por demais poética, devia contribuir para a harmonia de seus versos e variedade das rimas. (Silva, 2002, p. 193). —,

ora lhes acentua a monotonia e o primitivismo:

[...] esses povos, pelos seus usos e costumes, não podiam celebrar em seus cantos senão as suas vitórias, e quando muito não passariam de lascivas endechas; ao menos os anciãos, nas suas arengas matinais, não lhes recomendavam [...] senão duas coisas: a vigilância contra os inimigos e o amor às suas mulheres. (SILVA, 2002, p. 176).

Por outro lado, para um pesquisador escrupuloso e “amigo dos documentos”,¹⁰ como foi Norberto, devia parecer desconcertante certo obstáculo à demonstração cabal da tese que defendia: afinal, onde estavam os textos que deveriam comprová-la? O autor percebeu claramente essa inconsistência, e tratou de racionalizá-la: simplesmente, os textos que poderiam confirmar as “tendências dos selvagens brasileiros para a poesia” não tinham sido conservados, por incúria dos colonizadores, especialmente os jesuítas:

¹⁰ A expressão é de Péricles Eugênio da Silva Ramos (1965, p. 52).

Desgraçadamente houve o maior descuido em recolher esses cantos e traduzi-los na nossa língua; perderam-se no meio das florestas, como um brado misterioso, e os poucos fragmentos que nos restam não satisfazem a nossa avidez, não dizem se eles pertenciam a um povo decrépito, como quer Martius, ou saídos recentemente das mãos de Deus, como pretende Montaigne. (SILVA, 2002, p. 169).

Os jesuítas [...], que substituíram esses cantos de guerra, essas epopeias da tradição e essas poesias do amor pelos cânticos religiosos, ou se descuidaram de conservá-los ou, se os conservaram, existem esquecidos sob a poeira das bibliotecas dos mosteiros, se é que já se não têm desencaminhado. (SILVA, 2002, p. 193).

Desse modo, essa por assim dizer protoliteratura brasileira constituída pelos cantos indígenas, de riqueza desproporcional aos documentos que poderiam atestá-la, sofreria do mesmo mal que acometeu a produção colonial, pujante e diversificada, porém na maior parte desaparecida, perdidos que teriam sido tantos originais destinados à impressão na Europa, por saques de piratas, incêndios, naufrágios, de modo que — eis a fantástica conclusão do autor — teríamos uma literatura cujo “catálogo das obras perdidas [é] mais extenso que o das existentes.” (SILVA, 2002, p. 42).

O segundo capítulo de sua *História da literatura brasileira* dedicado à questão do índio se intitula “Catequese e instrução dos selvagens brasileiros pelos jesuítas”. Sua ementa sintetiza bem o conteúdo: “Cultivo da língua pelos jesuítas. Composições feitas pelos padres. Introdução do teatro como meio civilizador: comédias, dramas pastoris, tragicomédias e alegorias dramáticas.” (SILVA, 2002, p. 207). Descreve e exalta o trabalho missionário dos padres durante o período colonial, e insiste na ideia do extravio ou desaparecimento dos textos representativos de tamanha e tão meritória empresa:

Infelizmente esses sermões, esses compêndios, essas comédias, esses dramas pastoris, que reunidos em corpo constituiriam uma literatura apropriada a essas tribos semicivilizadas, mas ainda vivendo rodeadas da lembrança da sua existência bárbara, ou desapareceram com o sequestro dos bens da Companhia de Jesus na sua extinção, ou existem debaixo da poeira dos anos por esses arquivos que tão mal revolvidos têm sido; e apenas uma ou outra composição têm chegado aos nossos dias, para atestar os esforços desses missionários, sua dedicação e instrução. (SILVA, 2002, p. 228).

Ainda em 1859, na mesma *Revista Popular*, mas não como parte de sua *História da Literatura Brasileira* e sim como artigo autônomo, Norberto publicou um quinto texto em que, no âmbito da crítica literária, se dedicava a tema indianista. Trata-se de um breve comentário a fragmentos de poesia indígena revelados pelos naturalistas alemães Johann Baptiste von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius, como frutos de suas pesquisas em viagem pelo Brasil. Os poemas coletados constituem um *corpus* reduzidíssimo: não mais do que dois, cada qual com duas quadras. Norberto reproduz os textos em língua indígena e a tradução em alemão, acrescentando versões em português, supostamente dele próprio, ao que parece a partir dos originais, uma vez que não consta que conhecesse o alemão. Seu comentário é mínimo, e elogioso, considerando “interessantes” e “originais” os poemas. Naturalmente — o que o autor terá talvez lamentado intimamente —, o *corpus* é exíguo demais para fornecer-lhe alternativa à teoria do desaparecimento das fontes que permitissem acesso pleno à poesia dos selvagens.

5.2

No campo da história, Norberto dedicou uma extensa monografia à questão dos indígenas e sua inserção na vida nacional. Trata-se da “Memória histórica e documentada das aldeias de índios da província do Rio de Janeiro”, publicada no ano

de 1854, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.¹¹ Com isso, inscrevia sua colaboração numa linhagem de trabalhos de temática afim que a *Revista* do IHGB vinha publicando desde o seu número inaugural, de 1839, entre os quais a memória “Brasil e Oceania”, de Gonçalves Dias, lida pelo poeta em sessões do Instituto, de agosto de 1852 a junho de 1853, e estampada no tomo XVII do periódico, em 1867.¹²

Consta a monografia de Norberto de duas seções, ditas respectivamente “Parte histórica” e “Parte documentada”. A Parte histórica se compõe de 12 capítulos, precedidos de um preâmbulo basicamente protocolar. O capítulo primeiro, conforme diz o título, ocupa-se longamente das “Considerações gerais”, ao passo que o último se apresenta como sumária “Conclusão”; cada um dos demais 10 capítulos, por sua vez, é dedicado à história particular de determinada aldeia indígena fluminense. Quanto à Parte documentada (melhor se diria, “documental”), como declara o título, consiste na transcrição de uma série de documentos, na maioria oficiais — escrituras, autos processuais, ofícios, portarias, certidões, requerimentos, etc. —, julgados pertinentes para a reconstituição histórica empreendida pelo autor. Impressiona pelo volume: são redondas 100 peças, totalizando 251 páginas, contra as 191 ocupadas pela Parte histórica.

No preâmbulo, explicita-se o objetivo do trabalho: com base na concepção ciceroniana de história como mestra da vida, contribuir para os debates de então sobre colonização e catequese, considerados “os dous únicos meios de promover o aumento da deficiente povoação do vasto império americano — já pela superabundância de população na Europa sucumbindo à fome, — já pelas demonstrações que patenteiam os nossos indígenas para se aldear.” (SILVA, 1854, p.

¹¹ Embora publicada em 1854, a “Memória” já tinha sido anteriormente apresentada no âmbito do IHGB: seu preâmbulo, indicando a ocasião da leitura pública, é datado de 16 de fevereiro de 1850 e, segundo informa o subtítulo, fora “laureada na sessão magna de 15 de dezembro de 1852 com o Prêmio Imperial”.

¹² Norberto se vincula ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1841, como sócio correspondente; em 1869, torna-se sócio honorário da instituição; por fim, em 1887 é eleito seu presidente efetivo, cargo que ocuparia até sua morte, em 1891.

109). Para o alcance de tal meta, o autor expõe o procedimento que adotará, tendo em vista o diagnóstico que faz das fontes de que se serviu na pesquisa:

A incerteza que reina nas crônicas antigas, as dúvidas suscitadas pelos modernos viajantes, as ambiguidades existentes nos documentos que li, examinei ou revolvi, dão lugar a muita confusão. Para conhecer todas essas tribos errantes, que mudavam de habitação, ou por sua própria vontade, ou expelidas à força pelos seus inimigos, ou compelidas pelas devastações dos europeus, é necessário caminhar com os conquistadores, seguindo essas *bandeiras*, que penetravam pelos sertões para os fatais *descobertos* ou *descimentos*, marchando par a par com a civilização que os foi aldear. Neste caso a geografia e a cronologia, como olhos da história, mostrarão melhor os sítios que dominavam, quando tratar da narração peculiar do estabelecimento de cada aldeia, objeto fundamental desta memória. (SILVA, 1854, p. 128-129).

Não se pode dizer, contudo, que seu esforço de reduzir a “confusão” que encontrou nos registros sobre o tema tenha sido bem-sucedido. Muito pelo contrário, as generalidades de que se ocupa no primeiro capítulo não passam de uma sequência de informações apresentadas sem ordem, em que o autor nada consegue esclarecer, por exemplo, sobre as relações étnicas e históricas entre os vários grupos indígenas mencionados. Para se ter uma ideia das imprecisões em que incorre, veja-se, como ilustração, a passagem em que tenta caracterizar esses grupos, que se estende da página 122 à 127 do texto. Começa falando dos Tamoios, que diz descenderem dos Tupis; a seguir, menciona os Goianases, Goitacases ou Guarulhos, que por seu turno seriam aliados dos Tupinambás, os quais teriam chegado ao Rio de Janeiro antes dos Tupiniquins; prossegue referindo os Tuminós ou Tupiminós, e depois introduz os Coropós, os Coroados e os Puris, apresentados como prováveis descendentes dos Goitacases; cita em seguida certos Tapanases, inimigos dos Goitacases, e acrescenta que estes últimos se dividiam em três “cabildas”: Goitacamopi, Goitacaguaçu e Goitacajacoritó; não esquece dos Sacurus, e então, quando o leitor mais paciente e tolerante já se teria perdido, arremata com menção aos Aimborés ou Aimorés, ditos também Boticudos ou Gamelas.

Num assomo de autocrítica, no entanto, reconhece que as suas “Considerações gerais” mais não fizeram senão reduplicar a confusão que criticara:

É tempo já de concluir esta tão longa quão mal esboçada introdução: pertence à história o seu desenvolvimento, e só nela se poderá expor com ordem e método o que tão confuso e sem nexos aqui aparece. É tempo pois de entrar na história das aldeias de índios da província do Rio de Janeiro [...]. (SILVA, 1854, p. 158).

Observe-se que, nesta passagem, o autor reitera a convicção de que a “Memória”, se tiver algum valor, será muito mais pelas exposições factuais dos capítulos dedicados à história de cada aldeia¹³ do que por sua força reflexiva e capacidade de propor conceitos propriamente críticos. Com efeito, para dizer pouco, são muito singelas as “ideias” que se podem extrair da obra. Façamos um esforço para identificá-las e descrevê-las.

Em primeiro lugar, encontramos uma espécie de comedida defesa sentimental dos aborígenes, contra seus detratores: “[...] por mais ferozes que os pintem os historiadores, não eram, nem são, destituídos da mais bela inteligência (SILVA, 1854, p. 128)”; “Com exageradas cores pintam-nos alguns cronistas como ingratos, refalsados e pérfidos [...]. (SILVA, 1854, p. 133).” Ao contrário — argumenta —, os índios — “joviais por demais, [...] notáveis pela firmeza de seu caráter, pela franqueza de sua alma” (SILVA, 1854, p. 128) — teriam “tão favoráveis disposições [que] não era por certo difícil chamá-los ao grêmio do cristianismo, tornando-os de rudes e selvagens homens civilizados e laboriosos.” (SILVA, 1854, p. 133). E, então, para explicar por que isso não se passou com a naturalidade de se esperar, apela para categorias por assim dizer psicológicas e morais: a ação dos colonizadores teria sido comprometida pela “cobiça” ou “avidez” e pela “imprudência”, que não lhes permitiu conviver com o senso de “liberdade” essencial no indígena, e desse modo o drama da conquista se reduz a uma espécie de mal-entendido: “Assim a cobiça dos

¹³ E — acrescentamos nós — por sua “Parte documentada”.

conquistadores [...] não fosse[...] tão fata[l] à liberdade dos índios! Da cultura das terras nasceu a necessidade de braços, e os índios, que a ela só obrigados se davam, foram escravizados [...].” (SILVA, 1854, p. 115).

[...] as dificuldades [...] que se alevantaram, que eriçaram de tropeços o trilho que parecia semeado de flores, não foram nem originadas pelos índios, nem por aqueles que tanto a peito tomaram a missão de sua conversão e catequese: — nasceram da imprudência dos conquistadores! (SILVA, 1854, p. 133).

Em segundo lugar, temos a tese sobre a razão da decadência das aldeias, e a proposta de uma política que enfim operasse a integração plena do indígena à vida nacional: inicialmente, a catequese jesuítica teria dado resultados exemplares, em geral neutralizando o empenho dos colonos na pura e simples escravização do índio: “Em suas aldeias reinavam os dias de paz, alegria e bonança da idade do ouro (SILVA, 1854, p. 138)”; depois, com a expulsão dos jesuítas, os aldeamentos se transformam em “viveiros de escravos onde iam os colonos buscar os índios que precisavam para o serviço” (SILVA, 1854, p. 149); enfim, com o endurecimento da legislação colonial contra a escravidão do silvícola, e o correlativo recurso à escravização do negro africano,¹⁴ as aldeias ficaram abandonadas à própria sorte, iniciando-se um processo de declínio e degeneração ainda em curso no momento em que o autor escreve sua memória. A solução do problema, contudo, seria perfeitamente viável, implicando

¹⁴ Nesse ponto, as considerações do autor sobre a questão indígena suscitam pronunciamentos seus acerca da escravidão do negro. Suas ideias a esse respeito estão sumariamente apresentadas sobretudo num trecho que vai da página 146 à 148. Correspondem a uma das correntes de opinião das elites brasileiras de então a propósito da chamada “questão servil”, e que hoje espanta pela desinibição com que era adotada. Veja-se: “Foi pois [Portugal] arrancar às terras africanas para as suas colônias na América esses milhares de negros, roubá-los a seus pátrios lares, tirá-los de suas famílias, e condená-los ao perpétuo trabalho de uma escravidão eterna, transmitida por fatal herança à sua prole.” Depois dessa condenação humanitária, contudo, quem espera a manutenção do tom se choca com a racionalização que se segue, que bem se pode qualificar de cínica: “Mas não serei eu que o criminarei por esse erro. Reino mesquinho, pobre em população ainda mesmo correspondendo à sua extensão, despovoado pelas suas conquistas, dizimado pelas suas guerras, que outro recurso lhe restava?” (SILVA, 1854, p. 146).

restaurar — isso fica implícito na proposição — a tal “idade do ouro” das aldeias, resultante da ação dos primeiros jesuítas:

Como o regulamento sobre as aldeias que vigora presentemente permite a reunião de duas ou mais aldeias em uma só, fácil seria o estabelecimento de uma grande povoação formada de todas as relíquias dessas que aí se extinguem a olhos vistos. Poder-se-ia então proceder à instrução desses míseros filhos das florestas, avesando-os igualmente ao doce jugo do trabalho, tornando-os úteis a si e a seu país; seria ela o ensaio e logo a escola para a perfeita civilização dos já aldeados e para a catequese de muitas tribos que, isoladas das grandes povoações, rodeadas de todas as reminiscências de sua existência errante e bárbara, jamais poderão ser trazidas à civilização sem grande dificuldade de nossa parte e sem se lhes avivar saudades inextinguíveis de suas antigas tabas ou malocas, sem se lhes acordar lembranças de seus hábitos, sem se lhes despertar recordações de suas crenças!

A humanidade, a civilização tem pois a esperar da esclarecida província do Rio de Janeiro a formação de uma povoação que seja para a catequese dos índios o que Petrópolis é para a colonização: um núcleo. (SILVA, 1854, p. 263).

Como se vê, na conclusão o autor se mostra conseqüente com o objetivo que enunciara, estabelecendo um vínculo entre a questão indígena e a da migração de estrangeiros para o Brasil: afinal, segundo seu ponto de vista, uma e outra constituíam dimensões essenciais da primeira de todas as urgências nacionais: a de providenciar um povo que viesse a preencher o grande vazio demográfico do “vasto império americano.” (SILVA, 1854, p. 109).

5.3

Se nada nos escapou do levantamento que fizemos em sua obra extensa, dispersa e de difícil acesso, Joaquim Norberto produziu, no campo da literatura *stricto sensu*, apenas dois textos de cunho indianista: um poema lírico e um drama.

O poema se intitula “O canto do prisioneiro”, e integra um conjunto de composições autônomas publicadas na *Minerva Brasiliense* em 1843 e 1844, conjunto mediante o qual tentou o autor aclimatar à língua portuguesa a forma lírico-narrativa

da balada de origem germânica. Compõe-se o texto de 18 estrofes, constituídas por versos alternados decassílabos e hexassílabos, e com rimas igualmente alternadas. Como em parte revela o título, conta a história de um guerreiro carijó que cai prisioneiro dos Tapuias, juntamente com seu “tenro filho”. Um dia, por meios que a trama sumária e confusa não consegue explicar bem, o prisioneiro e o filho fogem. Nessa altura, corte brusco: passa a narrar-se a cena do cerco de Goiana pelos holandeses, e ficamos sabendo que a resistência dos pernambucanos é comandada por um índio valoroso, exatamente o filho do prisioneiro a cuja fuga tínhamos assistido em estrofe anterior. Naturalmente, os nacionais vencem aos flamengos, e a última estrofe proclama a identidade do herói, que é nada mais nada menos que Felipe Camarão, o representante índio do célebre triunvirato que comandara e vencera no século XVII a guerra contra os hereges holandeses:

Curvai-vos ante o horror vitorioso,
Ó batava nação!
Saudai do prisioneiro o filho honroso,
O invicto Camarão!
(SILVA, 1844, p. 371).

O poema é de 1844. Seria desleal — e forçado — considerá-lo uma antecipação, ainda que sumamente incolor, da obra-prima que é “I-Juca-Pirama” (1851), pela coincidência de ambos as composições envolverem a figura de um índio, seu filho, guerras tribais, prisão. Limitemos pois nossa atenção à data de sua publicação: esteticamente desastroso, o poema tem, no entanto — aliás como diversas outras produções de Norberto —, o acanhado mérito do pioneirismo: nos quadros da poesia indianista romântica, é precedido apenas por contribuições de Santos Titara e Firmino Rodrigues, respectivamente de 1833 e 1837, e aparece no mesmo ano em que Cardoso de Meneses lança seus poemas vinculados ao indianismo;¹⁵ Gonçalves Dias, por seu

¹⁵ Ver acima o segmento 2 do presente ensaio.

turno, só entraria em cena, com os seus *Primeiros cantos*, em 1846, isto é, dois anos depois.

Quanto ao drama — *Lindoia ou Os jesuítas no Uruguai* —, trata-se de peça que permaneceu inédita e nunca chegou à cena. Seu manuscrito autógrafo, datado de 30 de outubro de 1875, jaz no acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Configura, portanto, um intempestivo retorno do autor à temática indianista, já que sua última incursão neste campo — depois do ensaio e do poema de 1844, e da memória histórica de 1854 —, se dera em 1859, com seus estudos sobre a poesia dos indígenas e sua alegada importância para a literatura brasileira. Não surpreende, desse modo, o generalizado anacronismo de que a obra se ressent, desde o título, com a indefectível conjunção “ou”, segundo o figurino de novelas setecentistas e dos velhos folhetins e tragédias da primeira metade do século XIX, até o longo subtítulo que lhe revela a fisionomia geral: “Drama histórico, de assunto nacional, em 5 atos e 13 quadros, ornado de coros, recitativos, marchas guerreiras, combates, etc., etc., baseado no enredo do imortal poema de Basílio da Gama.” Não é de espantar-se, por conseguinte, sua destinação, por assim dizer, a virtual inexistência: era afinal o ano de 1875, quando o longo ciclo do indianismo romântico, já então em franco declínio havia muito tempo, conheceu o que podemos considerar seu último alento e fim simbólico: a publicação das *Americanas*, reunião de poemas em que um Machado de Assis ainda romântico empreendia um derradeiro esforço de revitalização da corrente, não obstante as novas gerações depreciá-la como antiquada poesia de “tacapes e borés”, segundo a expressão com que a desqualifica Fagundes Varela, já em 1861.¹⁶

¹⁶ Cf.: “A bem poucos agradarão as produções que hoje aparecem. Os literatos divididos entre a descrença de Álvares de Azevedo e Casimiro de Abreu, a escola de morrer moço, e os *tacapes e borés* do Sr. Gonçalves Dias, sentir-se-ão enojados deste ver-se incorreto, e destas composições sem sabor. A crítica nada tem que fazer com elas, não merece sua atenção” (VARELA, 1962, p. 92). A passagem figura na introdução a um livro de poemas do autor (*Vozes da América*); data de 1861 e assim num momento em que o indianismo ainda conservava seu vigor — Gonçalves Dias ainda vivia e *Iracema* só sairia quatro anos mais tarde —, já anuncia, contudo, a decadência da corrente.

P. S.

Mas haveria, na literatura brasileira, um indianismo pós-romântico? No sentido de uma corrente nitidamente discernível, certamente não; no entanto, o fato é que a figura do índio continuará interessando a poetas e romancistas nacionais, de fins do século XIX a este início do XXI. Sem maiores pretensões analíticas, apresentemos um quadro sumário de produções literárias que ilustram esta asserção.

No período parnasiano, não obstante a autoridade de um Sílvio Romero (2001, p. 747) ter sentenciado, em 1888, que “[a] escola puramente indiana esta[va] desacreditada”, e que “os melhores poetas do país anda[va]m já desde muito por outro lado”, o indianismo permanece ainda com algum espaço na poesia. Comparece, por exemplo, no livro de estreia de Olavo Bilac (*Poesias*; 1888), representado pelo poema “A morte de Tapir”, que, aliás, no arranjo do volume, ganha o destaque especial de constituir-lhe de certo modo a abertura, uma vez que precedido tão somente por uma espécie de prefácio metrificado, a conhecida “Profissão de fé”. Não menos significativo, como documento dessa valorização tardia do indianismo, é o poema subsequente do livro, o soneto-homenagem “A Gonçalves Dias”.

Com o modernismo, porém, motivações indianistas voltam à linha de frente dos projetos literários brasileiros. Basta lembrar os termos reverentes com que Mário de Andrade (1972, p. 247) se refere ao autor de *O Guarani* no seu ensaio “O movimento modernista” (1942) — “amigo José de Alencar, meu irmão” —, bem como os pontos de convergência entre obras icônicas desses autores, segundo corretamente assinala M. Cavalcanti Proença (1969, p. 44): “É uma aproximação que se impõe, a de *Iracema* e *Macunaíma*”. Lembremos ainda, para abreviar exemplificações, a sintonia com o indianismo presente nas proclamações modernistas de Oswald de Andrade, o

“Manifesto da poesia pau-brasil”, de 1924, e, sobretudo, o “Manifesto antropófago”, de 1928.

Mas, encerrado o ciclo modernista, nem por isso o índio desaparece da ficção nacional. Acha-se presente num belíssimo romance de 1938 — *Vovô Morungaba* —, do tão injustamente esquecido Galeão Coutinho, bem como em narrativas cujas tramas imaginárias tangenciam os conceitos da antropologia do nosso tempo, casos de *Quarup* (1967), de Antônio Callado, *Maíra* (1976), de Darcy Ribeiro, e *Nove noites* (2002), de Bernardo Carvalho.

Por fim, na atualidade temos uma feição radicalmente nova da produção editorial brasileira relacionada à questão do índio: trata-se de obras produzidas por autores indígenas, nas quais, por conseguinte, pela primeira vez o ameríndio deixa de ser motivação ou objeto, para assumir o controle dos enunciados, falando em seu próprio nome. Estaria, pois, encerrada a era em que a alteridade indígena permaneceu dependente da literatura branca para expressar-se na comunidade nacional, sempre com as inevitáveis deformações determinadas por tal dependência. Assim, teríamos alcançado um momento em que ela se autonomiza, concretizando-se em textos da lavra de escritores indígenas, como, por exemplo, Kaká Jekupé, Eliane Potiguara, Daniel Munduruku. Tal conjunto de textos, cuja produção e difusão se veem favorecidas no atual ambiente político e pedagógico marcado pelo multiculturalismo, coloca para os estudos literários diversos problemas importantes e correlativos, entre os quais: relações entre oralidade e escrita, diferenças entre mito e ficção autoral, limites entre valor estético e funcionalidade ético-política, bem como, e sobretudo, a questão de como e sob que condições a prática da literatura, em princípio própria da história ocidental, pode converter-se em instrumento de outras histórias.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano de. A literatura brasileira contemporânea. In _____. *Ensaaios e estudos: crítica e história — 1ª série*. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu; Briguiet, 1931. p. 61-107.
- ALENCAR, José de. *Obra completa*. Introdução geral por M. Cavalcanti Proença. Rio de Janeiro: J. Aguilar, 1958. V. 2 (Romance histórico).
- ALENCAR, Heron de. Indianismo. In COELHO, Jacinto do Prado (Dir.). *Dicionário de literatura brasileira, portuguesa, galega, estilística literária*. 3. ed. Porto: Figueirinhas, 1973. V. 1, p. 462-464.
- _____. José de Alencar e a ficção romântica. In COUTINHO, Afrânio (Dir.). *A literatura no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1969. V. 2, p. 217-300.
- ALMEIDA, Carlos Eduardo de. *Entre o próprio e o alheio: a construção literária da nação brasileira*. São Paulo: Ômega, 2007.
- ANDRADE, Mário. O movimento modernista. In _____. *Aspectos da literatura brasileira*. 4. ed. São Paulo: Martins; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1972. p. 231-255.
- BASTOS, Alcmeno. *O índio antes do romantismo*. Rio de Janeiro: 7Letras/FAPERJ, 2011.
- BARRETO, Dalmo. Centenário da morte de Joaquim Norberto de Sousa Silva. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 373, p. 937-941, out./dez. 1991.
- CALMON, Pedro. *História social do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. V. 2 (Espírito da sociedade imperial).
- CAMPOS, Augusto e Haroldo. *ReVisão de Sousândrade: textos críticos, antologia, glossário, bibliografia*. Com a colaboração especial de Erthos A. de Souza e Luiz Costa Lima. 2. ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 4. ed. São Paulo: Martins, 1971. 2 v.
- _____. Literatura de dois gumes. In _____. *A educação pela noite: e outros ensaios*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2000. p. 163-180.
- CARVALHO, Fábio Almeida de. *Makunaima/Macunaíma: contribuições para o estudo de um herói transcultural*. Rio de Janeiro: e-papers, 2015.
- COUTINHO, Eduardo F. (Ed.). *Brazilian literature as world literature*. New York: Bloomsbury, 2018. p. 71-96.

DENIS, Ferdinand. In CESAR, Guilhermino (Sel. e apres.) *Historiadores e críticos do romantismo: 1 – a contribuição europeia: crítica e história literária* Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978. p. 35-82.

JOBIM, José Luís. Indianismo, nacionalismo e raça na cultura do romantismo. In _____. *As formas da teoria: sentidos, conceitos, políticas e campos de força nos estudos literários*. Rio de Janeiro: Caetés, 2002. p. 87-116.

LAPA, M. Rodrigues. *Vida e obra de Alvarenga Peixoto*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1960.

MARQUES, Wilton José. *Gonçalves Dias: o poeta na contramão (literatura e escravidão no romantismo brasileiro)*. São Carlos, SP: Edufscar, 2010.

_____. *O poeta sem livro e a “pietà” indígena*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2015.

MIRANDA, José Américo. Origens do conceito de literatura brasileira: o papel de Joaquim Norberto de Sousa Silva e seu *Bosquejo da história da poesia brasileira*. *C. M. H. L. B. Caravelle*, Toulouse, n. 70, p. 135-150, 1998.

MOREIRA, Maria Eunice. Na rede do tempo; história da literatura e fontes primárias: a contribuição de Joaquim Norberto. In ZILBERMAN, Regina et alii. *As pedras e o arco: fontes primárias, teoria e história da literatura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004. p. 119-198.

_____. Um rato de arquivo: Joaquim Norberto de Sousa Silva e a história da literatura brasileira. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 21-27, jun. 1995.

_____. (Org.). *Falas diversas: quatro estudos sobre Joaquim Norberto*. Porto Alegre: Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS, 2001.

O EIXO e a Roda: revista de literatura brasileira. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, v. 21, n. 2 (Nativismo e indianismo na literatura brasileira), jul./dez. de 2012.

MATRAGA: revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras, v. 20, n. 33, jul./dez. de 2013.

PEIXOTO, Almir Câmara de Matos. *Direção em crítica literária: Joaquim Norberto de Sousa Silva e seus críticos*. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Saúde, 1951.

PINTO, Edith Pimentel (Sel. e apres.). Introdução. In _____. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos — 1 — 1820 / 1920: fontes para a teoria e a história*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978, p. XV-LVIII.

PROENÇA, M. Cavalcanti. *Iracema e Macunaíma*. In _____. *Roteiro de Macunaíma*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969. p. 44-48.

RAMOS, Pércles Eugênio da Silva (Introd., sel. e notas). Joaquim Norberto. In _____. *Poesia romântica: antologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1965. p. 52-55.

RICARDO, Cassiano. Gonçalves Dias e o indianismo. In COUTINHO, Afrânio (Dir.). *A literatura no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1969. V. 2, p. 65-129.

ROMERO, Sílvio. Poesia: segunda fase do romantismo. In _____. *História da literatura brasileira*. [6. ed.] Rio de Janeiro: Imago; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2001. V. 2, p. 739-769.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. O filho do prisioneiro; balata. *Minerva Brasiliense: jornal de ciências, letras e artes* publicado por uma associação de literatos, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 370-371, 15 abr. 1844.

_____. Memória histórica e documentada das aldeias de índios da província do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 14-15, p. 109-552, 2º/3º semestres 1854.

_____. *Lindoia ou Os jesuítas no Uruguai*. 1875. Manuscrito inédito, pertencente ao acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

_____. *Bosquejo da história da poesia brasileira*. Edição, apresentação e notas de José Américo Miranda. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997.

_____. *Capítulos de história da literatura brasileira: e outros estudos*. Edição e notas de José Américo Miranda e Maria Cecília Boechat. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2001.

_____. *História da literatura brasileira: e outros ensaios*. Organização, apresentação e notas de Roberto Acízelo de Souza. Rio de Janeiro: Zé Mário Ed. / Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

_____. *Romances e novelas*. 2ª ed. Organização, apresentação e notas de Sílvia Maria Azevedo. São Paulo: Landy, 2002.

_____. *Crítica reunida; 1850-1892*. Organização, introdução e notas de José Américo Miranda, Maria Eunice Moreira e Roberto Acízelo de Souza. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.

SODRÉ, Néelson Werneck. As razões do indianismo. In _____. *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969. p. 255-271.

_____. O indianismo e a sociedade brasileira. In _____. *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969. p. 272-294.

SOUZA, Roberto Acízelo de. Joaquim Norberto e sua contribuição à edição de textos e à crítica literária. *Revista de Letras*, São Paulo, n. 48, p. 9-26, jan./jun. 2008.

TREECE, David. *Exilados, aliados, rebeldes: o movimento indianista, a política indigenista e o estado-nação imperial*. Trad. Fábio Fonseca de Melo. São Paulo: Nankin / Edusp, 2008.

VARELA, Fagundes. *Poesias completas*. Introdução de Edgard Cavalheiro. Organização, revisão e notas de Frederico José da Silva Ramos. São Paulo: Saraiva, 1962.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Ensaio histórico sobre as letras do Brasil. In SOUZA, Roberto Acízelo de (Org.). *Historiografia da literatura brasileira: textos fundadores (1825-1888)*. Rio de Janeiro: Caetés; FAPERJ, 2014. V. 1, p. 302-332.